

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO(A) NEGRO(A) NA ESCOLA: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA GESTÃO ESCOLAR

Maria da Conceição dos Reis - UFPE

cecareis@hotmail.com

Vilde Gomes de Menezes - FASNE

vildemenezes@hotmail.com

Resumo: Discutir a construção de identidade do(a) negro(a) na escola é revelar uma realidade educacional e social excludente em que se encontra o Brasil. É possível perceber na legislação elementos que favorecem a efetivação desta construção. Basta identificar como este processo vem sendo efetivado no cotidiano das escolas. O texto aponta possibilidades de intervenções no âmbito educacional, a partir do momento em que as políticas públicas e a gestão escolar estejam direcionadas a uma educação que contemple o direito de todas as pessoas a partir das diferenças reveladas por sua identidade.

Palavras-chave: Identidade do(a) negro(a); Políticas Públicas; Gestão Escolar.

INTRODUÇÃO

25.000 a 40.000 caracteres.

É possível constatar que a situação da pessoa negra, referente à valorização, reconhecimento, direito, inclusão, entre outros aspectos, é oficializada em documentos considerados relevantes para elaboração de políticas públicas e encaminhamentos das práticas educacionais. Destacamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, anunciada pela Organização das Nações Unidas em 1948 e proclamada mundialmente, que destaca no Artigo 2º: *Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, (...) ou qualquer outra condição.*

Também encontramos a Constituição Brasileira de 1988 que expressa no seu Artigo 5º que *todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.*

E ainda, relacionando o tema com a educação, encontramos respaldos legais na Lei 11.645/2008 que obriga os estabelecimentos públicos e particulares de ensino fundamental e médio, a inserir no seu currículo, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. E nesse caso, a interpretação desta lei diz respeito ao fato de que a sociedade brasileira é constituída por uma diversidade étnica, portanto cultural. Mas, no entanto, a prática educacional tem incidido por escolhas hegemônicas e negadoras da evidente heterogeneidade cultural presente no Brasil.

Em busca de inclusão social no Brasil, através de igualdade, espaços, políticas públicas ou ações afirmativas, as reivindicações do povo negro não são novidades. Há

registros de lutas desde a resistência da negritude africana que foi trazida para o Brasil pelos navios negreiros para viverem na escravidão e, mesmo com estas condições, a luta continuou através do surgimento dos quilombos formados pelos negros(as) que fugiam do cativeiro e construía o seu espaço de liberdade. Desde então, a cada momento, até os dias atuais, novas pessoas vão se identificando, se unindo e fortalecendo o movimento de resistência, de luta e de orgulho do pertencimento ao povo negro.

As várias expressões de valorização, orgulho e presença deste povo, que busca a autoafirmação, começam a fazer parte do dia-a-dia das pessoas com mais frequência. Podemos perceber isto entre o final do século passado e início do século atual, em que é possível constatar este fato, através de vários instrumentos/aspectos, relacionados ou direcionados às pessoas negras. Entre eles, podemos citar: o aparecimento de revistas, de livros, de teses de doutorado, de dissertações de mestrados e de grupos de pesquisas; o visual dos cabelos trançados; a produção de cosméticos para pele negra e, no vestuário, a estampa de camisas com slogan que valorizam a população negra.

Porém, diferentemente do que revelam essas expressões positivas que levantam a autoestima do negro e da negra, podemos constatar, e muito efetivamente, que a vida dessas pessoas continua de menor valor para a sociedade. São constantes as pesquisas realizadas, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, publicando reportagens com o seguinte título: *Os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores.*

Observando a realidade educacional brasileira é possível identificar que o processo educacional dificilmente se relaciona de forma ampla e satisfatória em relação ao envolvimento com a questão étnico-racial. Nas escolas, por exemplo, alguns momentos direcionados a esta temática ainda são vivenciados de forma equivocada, durante a “comemoração do dia 13 de maio” ou, mesmo ainda sem muita expressão, na Semana da Consciência Negra, destacando simplesmente, a cultura do negro enquanto folclore.

Portanto, para que mais expressões positivas se façam presentes na vida da população negra do Brasil, é preciso se fortalecer, se unir, ser coeso para retomar a dignidade prejudicada. Pois, o preconceito que uma pessoa sofre por ser negra/pobre/minoria, é muito forte. Durante muito tempo esta pessoa escuta que faz parte de um grupo inferiorizado e que é marginalizada. Tudo isso influencia na construção de sua identidade. Não há exaltação positiva referente, por exemplo, a sua cor da pele. Como inverter esta situação? Como a educação pode contribuir para solucionar esta relação conflituosa que se faz presente ao longo da história do mundo e do Brasil excludente? Que políticas públicas favorecem as gestões

escolares a reverem as práticas pedagógicas presentes nas escolas.

Mesmo diante de um expressivo respaldo legal, como vimos acima, ainda são poucas as experiências significativas que enfatizam a construção da identidade do(a) negro(a) na escola. Sendo assim, este texto busca discutir como as políticas públicas e a gestão da escola pode contribuir para o processo de construção da identidade da pessoa negra, refletindo criticamente sobre as intervenções legais impostas ao ambiente educacional e as mudanças provocadas nas práticas pedagógicas, contribuindo com a luta e conquista de espaços através de inclusão dessas pessoas na sociedade.

Este estudo é mais uma contribuição para a temática referente às questões étnico-raciais, escola e sociedade, com o desafio de continuar a ser um instrumento de luta por espaços de investigação que venha a ajudar no aprofundamento dessa temática e superação de preconceitos e desigualdades sociais.

CONSTRUINDO O CONCEITO DE IDENTIDADE

Para uma aproximação do conceito de identidade referendado neste texto, destacaremos as contribuições de autores como: Elias (2000), Hall (2001), Bauman (2005) e Joaquim (2001).

A princípio, nosso entendimento é de que o termo identidade corresponde a um conjunto de aspectos políticos e sociais, individuais e coletivos, assumido por uma pessoa. Cada um vai sendo identificado, de forma diferente, a partir do seu grupo de pertencimento e, desta forma, vai construindo e assumindo uma identidade e pertencimento neste grupo (de mulher, de homem, de negro, de homossexual, de pobre, ou tantas outras categorias). Portanto, a identidade vai sendo construída e se adaptando aos grupos, aos lugares, aos costumes, as opções feitas por cada um. É sobre isto que Bauman (2005) escreve:

Tornamo-nos consciente de que o “pertencimento” e a identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (p. 17).

É provável que *a determinação de se manter firme* seja fruto da história de vida que o grupo étnico racial tem construído. Pois quanto mais se luta, mais se fortalece, se identifica e toma a decisão de permanecer neste grupo.

Hall (2001), explica o termo identidade a partir de três concepções presentes ao longo

da história e chama atenção que, hoje, o termo se encontra fragmentado devido às constantes mudanças presentes na modernidade advindas de um mundo globalizado. Tais concepções estão expressas no sujeito iluminista, sociológico e pós-moderno. A concepção de sujeito iluminista estava direcionada ao individualismo, destacando o *eu* como o centro da identidade; na concepção de identidade do sujeito sociológico, o foco está na interação do sujeito com outras pessoas e com a sociedade a partir da cultura; por fim o sujeito pós-moderno sofre a influência de várias identidades definidas historicamente. Neste sentido, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” (HALL, 2001, p.13).

Joaquim (2001, p. 54), ao explicar a noção de identidade, diz que “consiste num fenômeno derivado da dialética entre um indivíduo e a sociedade” destacando os tipos de identidade como produtos socialmente determinados. Esta identidade social é vista como algo que está relacionada aquilo que o indivíduo atribui, de forma positiva, a um grupo de referência, com o qual partilha satisfatoriamente valores e tradições.

Portanto, a pessoa que assume seu pertencimento a população negra, está mais propício a contribuir com si mesmo e com o grupo ao qual pertence.

Uma das manifestações de identidade social é a identidade étnica, que permite apreender a própria etnicidade e constitui a principal característica do grupo étnico. (...) O principal significado emocional de pertinência a um grupo étnico é um princípio organizador e mobilizador de interesse de grupos específicos, com isto podendo possuir uma conotação positiva. Grupos étnicos são grupos cujos membros possuem uma identidade distinta e atribuída e, ao mesmo tempo, têm, basicamente, cultura, origem e história comuns (JOAQUIM, 2001, p. 52).

De acordo com autora supracitada, a identidade do(a) negro(a) escravo(a) foi perdida a partir do “tráfico interno”, onde, tanto o nome, quanto a condição de ser humano lhe foi cerceada para se tornar “objeto pertencente ao colonizador”. Porém, a escola precisa conhecer esta história e precisa inserir esta discussão no momento em que conta a história do Brasil, muitas vezes de forma equivocada, como destacam Munanga e Gomes (2006).

Pra continuar construindo o conceito de identidade, trazemos para esta discussão as ideias de Elias (2000), sobre os processos sociais, ao falar de dois grupos onde um, ao monopolizar as oportunidades de poder, marginaliza o outro, destacando a diferença e a desigualdade social. Assim, o grupo mais privilegiado socialmente faz com que o outro reconheça sua inferioridade e se humilhe, tratando-o como de “menor valor humano”.

Com isto, Elias (2000) chama atenção que precisamos tratar o problema de relação entre os diferentes, enquanto um problema que precisa ser entendido no conjunto da sociedade, buscando entender a relação de poder entre os oprimidos (*Outsiders*) e opressores

(*Establishment*). O grupo que estigmatiza está sempre no centro do poder. Rotular um grupo como inferior é uma estratégia para manter a superioridade social. Assim, o oprimido constrói uma autoimagem inferiorizada.

Ao longo do tempo, sofrendo a inferioridade, o grupo marginalizado vai criando cicatrizes e até acredita que é mesmo “tudo o que não presta”. Assim, é possível que uma criança que sempre foi estigmatizada, incorpore a inferioridade, pois ela cresce percebendo e “sentindo na pele” o tratamento que lhe é dado, seja pela família, vizinhos, colegas, professores, polícia, etc. A imagem negativa sobre um determinado grupo, leva as pessoas a serem julgadas e tratadas negativamente. Até as próprias pessoas do grupo se julgam inferiorizadas e incapazes. Pois, o descrédito atribuído a um grupo que é inferiorizado atinge todas as pessoas que se identificam neste grupo, provocando a baixa autoestima.

Os *outsiders* que não se conhecem, não se encontram, não se fortalecem e não se identificam são constantemente excluídos. As iniciativas de formação de grupos é um sinal de unidade entre os menos favorecidos (como os negros e as negras do Brasil), dando-lhe forças para unir os traços da solidariedade e assim fortalecer a construção de identidade de um grupo. Isto, ajuda os pares a resolver/amenizar os seus problemas e a se unir em busca de ideais comuns. Souza (2001), no estudo realizado sobre as práticas de batuque, destaca a importância que há no pertencimento a um determinado grupo: “Esse sentimento de estar ligado e ser, de alguma maneira, orientada por seus antecessores, tornava possível, através dos batuques, a relação íntima do indivíduo com o seu grupo, com sua identidade grupal”. (p. 22).

Politicamente, essa dimensão de resistência pode ser verificada ao longo da história (verdadeira) do Brasil, contada por Munanga e Gomes (2006), como na Revolta da Chibata em 1910, na organização da Frente Negra Brasileira em 1931, no surgimento do Teatro Experimental do Negro em 1944 e, entre outros, na fundação do Movimento Negro Unificado em 1978, todos na intenção de produzir e fortalecer a identidade política, a identidade negra, para lutar contra o preconceito e a exclusão social dos(a) negros(a).

Desta forma, podemos constatar e corroborar com as ideias de Hall (2001), ao falar da identidade no mundo globalizado em que leva os grupos menos favorecidos economicamente, politicamente e socialmente a lutarem por políticas públicas de afirmação para que possam ser reconhecidos e valorizados por sua identidade e dignos de obter os mesmos direitos sociais. Como diz Bauman (2005, p. 43): “A guerra por justiça social foi, portanto, reduzida a um excesso de batalhas por reconhecimento”.

Ao destacar o pertencimento, aqueles que se auto-declaram negros, têm em si a consciência de que:

“Saber-se negro é viver a experiência da ter sua identidade negada, mas é também e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em sua potencialidade. Essa identidade daí emergente é necessária, por ser historicamente formada em uma sociedade ambígua e multifacetada. Uma identidade, ao mesmo tempo, étnica e política, não somente individual, mas também coletiva.” (JOAQUIM, 2001, p.56)

Porém, é possível retornar e retomar a identidade do(a) negro(a) no momento em que se abrem espaços para a realização do ser, da educação, da cultura, dos valores e dos costumes de um povo, que durante muito tempo foi impedido de se expressar. Suas emoções foram controladas com imposição de um “processo civilizador” (ELIAS, 1994). A forma de expressão da negritude, no vestir, no trançar o cabelo, no dançar (entre diversas outras expressões) contribuiu para manter a cultura afro-brasileira como expressão de resistência para que o negro e a negra reafirmassem sua identidade étnica.

Desta forma, a escola pode contribuir com a construção da identidade dos seus educando pertencentes a população negra a partir do momento que assume uma função social inclusiva, em que as diferenças são reveladas enquanto momento de valorização. A intervenção das políticas públicas direcionadas a escola vem desperta na gestão escolar um papel de destaque no momento em que esta, começa a inserir em sua prática momentos de discussões coletivas e valorização dos educandos a partir de sua identidade.

INTERVENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO ESCOLAR

Ao considerar a abordagem deste estudo posicionada para a análise teórica e empírica da gestão escolar no âmbito governamental, faz-se necessário ancorá-lo em uma dimensão teórica que contextualize as questões relativas à dinâmica sociológica do Estado; nesse sentido, o Estado em ação.

A literatura relativa à gestão escolar, indica que a avaliação da gestão precisa levar em consideração, entre outras, a dinâmica social. (PARO, 2001) Nesse sentido, afirmam que a origem de diversos problemas do fenômeno educacional radica nas questões socio-político-econômicas de uma sociedade. Sendo assim, os fatores referentes à qualificação da gestão escolar são elementos inseridos na própria dinâmica social, com vista à alteração da realidade em que se encontra inserida a referida gestão e, conseqüentemente, o desenvolvimento da própria escola.

A problemática da gestão, do ponto vista operativo, por exemplo, também aponta para os limites da gestão escolar na esfera do Estado (não só), especialmente pela dificuldade em

articular recursos e potencializar o acesso dos serviços por parte da comunidade presente no entorno da escola.

Embora resguardada a caracterização referente aos traços acima mencionados, denota-se que, desde a década de 1990, podem ser observadas algumas alterações significativas, que, paulatinamente, começam a ser implementadas nos mais diversos Estados, decorrentes do processo de descentralização e globalização no caso do Estado brasileiro, em que os governos sub-nacionais passam a ter a incumbência estratégica da gestão.

Apesar dos limites, e em várias situações os retrocessos desses serviços públicos, que em muitas vezes não passam de expectativas frustradas, uma vez que a maioria dos entes sub-nacionais não tem qualificação técnica, pessoal, equipamentos e, muitas vezes, recursos, de modo que a gestão está diretamente relacionada com a similaridade ideológica entre as esferas de governo. Leal (2003) identifica que, de forma geral, várias experiências de descentralização tem contribuído significativamente para a consolidação de uma cultura que amplia e fortalece a democracia.

Esse fenômeno, para Leal, estaria ocorrendo no mundo inteiro. Trata-se de uma arena diferente, pois, é possível que mais atores possam ensejar e articular interesses coletivos, sem apadrinhamentos, constituindo-se uma nova engenharia política das relações advindas da sociedade e da gestão escolar de interesses da coletividade. A escola e a gestão escolar, são consideradas, com base em diversas experiências, como um dos principais mecanismos de democratização do Estado e da sociedade, assim como instrumento de enfrentamento da exclusão social.

Desse modo, a educação tem sido considerada no Brasil como um mecanismo de extrema relevância no processo de inserção e mobilidade social (MENEZES, 2002). O problema teórico central refere-se à gestão (perfil, características) uma vez que, de forma geral, todos advogam a importância da educação. Portanto, há uma necessidade urgente de transposição destas teorias.

Entre os fatores que podem contribuir com o sucesso das políticas sociais e, conseqüentemente, à gestão escolar, Putnam (2000, p. 79) menciona alguns a ser considerados, que são importantes nessa configuração: a) continuidade administrativa; b) deliberações sobre as políticas; c) implementação de serviços. São itens que precisam ser vistos enquanto fatores fundamentais para o bom funcionamento da gestão escolar no momento de efetivação das políticas públicas educacionais.

Lubambo (2000) chamam a atenção para a ausência de referências abrangentes no

tocante à definição teórica e empírica, concernente à definição do que vem a ser uma boa gestão, neste caso extensivo a gestão escolar. Considerando as identidades existentes no que diz respeito à boa governança,

Nessa perspectiva de desempenho institucional, os autores acima tratam de duas questões fundamentais sobre o caminho teórico escolhido para dar conta do tema central deste estudo, referentes aos fatores preponderantes na efetivação de educacionais iguais, resultados e impactos “iguais” em regiões diferentes.

Nesse sentido, a formulação de Putnam (2002) é simples: quem governa bem? Ou de forma adaptada: o que é uma boa gestão escolar? Considerando a intencionalidade deste estudo acima descrito? O que fez para lograr os respectivos êxitos quanto a universalização e democratização do da escola? Quais as similaridades e diferenças quanto às questões processuais inerentes à referida gestão escolar?

Assim, e analogamente as contribuições de Lubambo (2000) relativas ao processo de gestão, considera-se que há experiências (ainda pouco estudadas) que têm respondido positivamente ao processo aos desafios da construção de boas gestões escolares, com significativos indicadores sociais. Desse modo, questiona-se a existência de relação entre desempenho da gestão escolar e o padrão de desenvolvimento social decorrente de maior autonomia financeira, em que: será que as condições culturais e políticas são também favoráveis, confirmando a importância do contexto histórico-social para o desempenho da gestão escolar? Será que, de fato, o que importa é a habilidade pessoal do gestor independentemente das variáveis acima?

Portanto, a importância das políticas públicas é o de subsidiar a gestão escolar para que esta encaminhe um processo de igualdade e solidariedade dentro da escola que favoreça as relações e ajude os educando a construir sua própria identidade. Pois, mesmo sendo, no momento atual, uma temática estabelecida por lei, o processo educacional ainda precisa avançar para uma abordagem universal sobre a história, a cultura e identidade da pessoa negra. Os educadores precisam de incentivos e conhecimentos teóricos metodológicos, além de oportunidades para desenvolver e aprofundar a questão, pois, são frutos desta sociedade que durante muito tempo negou a existência do(a) negro(a) em prol da defesa de certo hibridismo sócio-antropológico, capitaneado, sobretudo, por historiadores brasileiros, indicando *certa* democracia ao destacar que no Brasil, “somos todos mestiços”.

Muitas das práticas educativas que marcam a vida das pessoas negras estão fora do contexto da educação formal. Assumir a identidade de ser negro(a), conseguindo “driblar” a discriminação, o preconceito e os “olhares atravessados” das pessoas nos vários grupos

sociais, como dos colegas e de muitos professores nas escolas e vencer os obstáculos presentes ao longo do seu desenvolvimento intelectual, econômico ou social, é uma grande vitória. Acreditamos, portanto, que quando a educação favorece um discurso e uma prática articulada com a cultura e realidade do educando, contribui, de forma significativa, com a construção e valorização de sua identidade e com a ampliação do universo cultural e social que se efetiva numa auto-realização do exercício da cidadania.

POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES

Autores como Gramsci (1991) e Freire (2006) apontam para a necessidade de o processo educacional voltar-se, efetivamente, para o cotidiano do educando e, com ele, reinventar, recriar e transformar sua realidade, tendo a educação função especial e destaque no processo de transformação e inserção social. Portanto, esta relação pode ser politicamente, instrumento de superação das desigualdades, fruto de uma relação *establishment - outsiders*.

Porém, é importante destacar que ao longo da história, conforme Brandão (2002), a cultura que hegemonizou os espaços educacionais foi à cultura dominante. Desse modo, os procedimentos que contribuem para que a educação possa se aproximar cada vez mais da realidade de exclusão social, bem como o reconhecimento de procedimentos de resistência e de reinvenção do cotidiano, possa, efetivamente, contribuir com a alteração da realidade. Para isso, é necessário que o educando – se tratado de forma que considerem sua realidade sócio-cultural – seja um dos principais protagonistas dessa transformação.

Para Candau (2002), a educação não pode ignorar os novos e diferentes cenários da sociedade mediante os aspectos sociais, políticos e culturais que interferem no cotidiano educacional. Pois, “a cultura tem sido um dos principais pilares de construção e afirmação da identidade” (p. 31). Partindo desse entendimento, elucidamos a educação enquanto um processo dinâmico de formação do ser e que precisa está voltado, essencialmente, para a realidade dos mesmos. Desta forma, é possível perceber a importância da educação no processo de construção da identidade da pessoa negra e das tantas minorias muitas vezes esquecidas. Portanto, é relevante considerar um processo pedagógico que se volte para atender aos menos favorecidos, onde Freire destaca esta pedagogia como sendo:

[...] aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 2006, p. 32, grifo do autor).

A perspectiva gramsciana enfatiza que o cotidiano deve ser vivenciado como elemento de resistência ao projeto hegemônico de educação na sociedade capitalista excludente. Desta forma, é possível que este cotidiano seja materializado através da construção da identidade e da cultura dos educandos secularmente discriminados e subestimados, impossibilitando sua inserção social. Esta concepção se diferencia de uma perspectiva de manutenção do *status quo* de determinados grupos sociais.

A relação entre construção da identidade, educação e inclusão social pressupõe opções teóricas que possam vislumbrar a constituição de novas perspectivas relativas à construção do conhecimento que insira o negro na sociedade de forma crítica; o que pode ser feito a partir da problematização do cotidiano, para que se construa e reconstrua a identidade dessas pessoas. Essa perspectiva educacional configura-se num trabalho coletivo e organizado de diversas formas pelos próprios sujeitos envolvidos, em que a educação é convocada para contribuir a serviço de um trabalho político e intencional que valoriza e respeita as diferenças sociais em que as pessoas se encontram. Portanto, vale destacar o que Hall (2003), chama atenção:

Não é somente para apreciar as diferenças históricas e experienciais dentro de, e entre, comunidades, regiões, campo e cidade, nas culturas nacionais e entre as diásporas, mas também reconhecer outros tipos de diferença que localizam, situam e posicionam o povo negro (p. 327-328).

E assim, se justifica a luta de tantos movimentos que surgem no Brasil em prol das minorias, especialmente da negritude. Vale destacar a iniciativa do governo atual de inserir estas discussões oficialmente quando criou a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e aprovou a Lei 11.465/2008 que pode interferir nos rumos da educação brasileira. São iniciativas que despertam o respeito que todas as pessoas precisam ter pelas outras (independentemente das diferenças), mesmo que seja pela força da lei, e que leva os negros a se perceberem, a se conhecerem, a se reencontrarem e a se encontrarem, mesmo que isso possa ser difícil, mas, necessário e possível.

Precisamos chegar num momento em que os números das estatísticas não sejam analisados com tantas diferenças. Que esses números sejam apresentados apenas como dados de uma realidade e não aqueles que destacam as distorções sociais, como acontece hoje.

Com isto, acreditamos que quando a educação favorece um discurso e uma prática articulada com a identidade do aluno, contribui, de forma significativa, com a construção e valorização desta identidade e com a ampliação do universo cultural e social que se efetiva numa auto-realização do exercício da cidadania e de inclusão social.

Acreditamos na possibilidade de transformação desta realidade, a partir dos espaços alcançados pela população negra através da educação, do processo de humanização das pessoas e do orgulho de sua identidade e pertencimento a população negra, entre outros, para que se efetive o processo de inclusão social com políticas públicas e gestão escolar voltadas para este fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, adotada e proclamada em 10 de dezembro de 1948.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. RJ: Jorge Zahar, 2005.

BRANDÃO, Carlos R. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5/10/1988.

BRASIL. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, INEP. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

CANDAU, Vera Maria. **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1994a. 1 v.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade**. RJ: Jorge Zahar. Ed., 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. BH, Editora UFMG, 2003.

JOAQUIM, Maria Salete. **O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra**. RS: Pallas; SP: Educ, 2001.

LEAL, Sueli Maria R. **Fetice da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife- Brasil**. Recife: Edição do autor, 2003.

LUBAMBO, Cátia. W. **O desempenho da gestão pública e seus determinantes: uma**

análise em municípios do Nordeste-Recife. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação da UFPE, 2000

MENEZES, Vilde Gomes. **Políticas públicas para esporte e lazer.** Recife: Bagaço, 2002.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. **O negro no Brasil de hoje.** SP: Global, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo: Ática, 2001.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOUZA, Edílson Fernandes. **Entre o Fogo e o Vento: As práticas de Batuques e o controle das Emoções.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.